

**A GEOGRAPHIA ESCOLAR DE FORTALEZA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: O INSTITUTO DE HUMANIDADES (1904 A 1914) E O COLÉGIO NOGUEIRA (1918 A 1934), EM DESTAQUE**

The fortaleza school geography at the beginning of the twentieth century: the institute of humanities (1904 to 1914) and the noqueira college (1918 to 1934), in highlight

La géographie de l'école de fortaleza au début du xxe siècle: l'institut des sciences humaines (1904 à 1914) et le collège noqueira (1918 à 1934), à l'honneur

Karine Ribeiro Estevam  
Universidade Federal do Ceará  
[karinestevamgeo@gmail.com](mailto:karinestevamgeo@gmail.com)

## **Resumo**

A Geografia enquanto disciplina escolar acompanhou as transformações que acometeram o Brasil, durante o início do século XX, mais precisamente de 1900 a 1930, na Primeira República. O foco deste artigo é mostrar a forma como essa disciplina foi ministrada nos educandários Instituto de Humanidades e no Colégio Nogueira durante aquele período. Para realização da pesquisa, partiu-se do diálogo entre a documentação histórica dos colégios e o referencial bibliográfico utilizado. Por fim, o ensino de Geografia da época é apresentado por meio do material didático adotado, da realização de atividades pedagógicas e dos programas de ensino da disciplina. Observa-se a adoção do método intuitivo. Constata-se também a preocupação com a formação cívico-patriótica dos alunos através da prática das sabatinas, dos préstitos escolares, dos plebiscitos e das excursões.

**Palavras-chave:** Geografia Escolar; Instituto de Humanidades; Colégio Nogueira; Primeira República.

## **Abstract**

Geography as a school discipline followed the transformations that occurred in Brazil, during the beginning of the 20th century, more precisely from 1900 to 1930, in the First Republic. The focus of this article is to show how this discipline was taught at the Institute of Humanities and at Colégio Nogueira during that period. To carry out the research, we started with the dialogue between the historical documentation of the colleges and the bibliographic reference used. Finally, the teaching of Geography of the time is presented through the didactic material adopted, the accomplishment of pedagogical activities and the teaching programs of the discipline. One observes the adoption of the intuitive method. It is also noted the concern with the civic-patriotic formation of the students through the practice of sabbatins, school supplies, plebiscites and excursions.

**Keywords:** School Geography; Institute of Humanities; Nogueira College; First Republic.

## **Résumé**

La géographie en tant que discipline scolaire a suivi les transformations qui ont eu lieu au Brésil, au début du XXe siècle, plus précisément de 1900 à 1930, dans la Première République. L'objectif de cet article est de montrer comment cette discipline a été enseignée à l'Institut des Humanités et au Colégio Nogueira durant

cette période. Pour mener à bien la recherche, nous avons commencé par le dialogue entre la documentation historique des collèges et la référence bibliographique utilisée. Enfin, l'enseignement de la géographie de l'époque est présenté à travers le matériel didactique adopté, l'accomplissement des activités pédagogiques et les programmes d'enseignement de la discipline. On observe l'adoption de la méthode intuitive. Il est également noté le souci de la formation civique-patriotique des étudiants à travers la pratique des sabbatins, des fournitures scolaires, des plébiscites et des excursions.

**Mots-clés:** La Géographie scolaire; Première République; Humanities Institute; Collège Nogueira.

## INTRODUÇÃO

Em 1904, no dia 15 de janeiro, com o nome de Instituto de Humanidades, sob a direção do professor Joaquim da Costa Nogueira, alvorecem as primeiras atividades do educandário, na cidade de Fortaleza. Seu endereço era, inicialmente, a Rua da Assembleia, nº 33, e logo depois, transferiu-se para a rua Barão do Rio Branco, nº 88, em 1910, por sua vez, se encontrara na Rua Sena Madureira, nº 113/113-A, onde ficou até 1914, quando fechou. Em 1918, o mestre-escola, como era chamado o professor, funda o Colégio Nogueira, localizando-se na Rua General Sampaio, nº 280. Suas atividades se voltam para a abertura de um curso de aulas primárias (também com aulas de curso médio e secundário) e permaneceu aberto até 1934.

Os colégios, fundados durante a primeira fase do regime republicano brasileiro, estiveram inseridos dentro do contexto escolar mais amplo, próprio desta fase no qual trouxe consigo uma nova demanda educacional que, “até certo ponto, representou as exigências de uma sociedade cujo índice de urbanização e de industrialização ainda era baixo” (ROMANELLI, *apud* ROCHA, 2000, p.83), mas já significativo. Desta forma, coube à escola se expandir, a fim de suprir a nova demanda que surgira proveniente das mudanças socioeconômicas<sup>1</sup>. Com a estratificação social, a escola se objetiva a democratizar o seu espaço com a entrada das camadas médias e inclusive populares.

Dentro do quadro de mudanças, externos a escola, educadores e não educadores e os movimentos político-sociais começam a “repensar a educação brasileira” (ROCHA, 2000, p.84). Destarte, o tema educação se tornou o centro das discussões neste momento. Surgem, então, dois fenômenos importantíssimos para desenhar os novos rumos em que a educação do país se orientaria em meados da década de 1920: o otimismo pedagógico e o entusiasmo pela educação<sup>2</sup>. Desses fenômenos se derivam as mudanças nos currículos, nas metodologias, na função da escola e a ampliação do acesso à ela pelos estratos populares da sociedade como os principais fatores contribuintes para a reflexão sobre a educação no país. O ponto de partida para tais realizações serão as reformas nas leis educacionais: Reformas de Ensino: Eptácio Pessoa (1901); Lei Rivadávia Correa (1911); Lei Carlos Maximiliano (1915) e Lei Luiz Alves-Rocha Vaz (1925).

---

<sup>1</sup> Dentre outros aspectos a Primeira República foi marcada pela expansão da economia, pelo coronelismo, pelo desencadeamento dos processos de industrialização, pela urbanização, pelas questões sociais, pelas correntes de pensamento, pelos movimentos político-sociais enfim.

<sup>2</sup> Segundo Nagle (1976) “uma atitude que se desenvolveu nas correntes de ideias e movimentos político-sociais consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem àquilo que, na década dos vinte, está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico” (p. 101).

A Reforma educacional Luiz Alves - Rocha Vaz teve uma importância muito válida para as transformações na geografia escolar, como aborda Rocha (2000). A Lei se interessou em concretizar o nacionalismo-patriótico em seus dispositivos. Não é à toa que neles eram defendidos o ensino da Língua Materna, da Geografia, da Literatura e da História Nacional e de outras disciplinas com temas nacionais e biografias de autores brasileiros (BRASIL, 1925 *apud* ROCHA, 2000).

Para os professores ligados a linha de pensamento que defendiam a renovação da disciplina geográfica, a reforma representou “o triunfo, pelo menos no campo oficial” (ROCHA, 2000) das suas lutas, em face de uma dupla realidade vivenciada pela geografia escolar brasileira: por um lado o reino da Geografia clássica, mnemônica e descritiva e, pelo outro lado, a realidade dos professores desejosos pela introdução da geografia moderna nas salas de aulas.

Segundo Zusman (1996), para os movimentos nacionalistas a questão nacional era a responsável pelo país se encontrar numa situação de atraso e, para eles uma das saídas para esse problema se encontrava na educação. Pensamento que vai ao encontro dos dispositivos desta Lei e que será nítido nas práticas escolares do Instituto de Humanidades e do Colégio Nogueira, como veremos a seguir.

Para melhor compreensão deste artigo, nos organizamos em quatro tópicos: o primeiro se refere à compreensão da *Geographia* Escolar frente às Reformas Educacionais do início do século XX, realizando uma subperiodização que divide o período 1900 a 1920 e de 1920 a 1930. A primeira subdivisão mostra a maior parte das reformas e a segunda mostra o movimento da Escola Nova no Brasil e a reforma de 1925. O segundo aborda brevemente sobre a Geografia escolar de Fortaleza e o terceiro trata sobre a Geografia escolar abordada nos dois colégios a partir do diálogo entre os documentos encontrados no Arquivo Público do Ceará e a bibliografia consultada. Os documentos pesquisados referem ao *Livro de Partes do Collegio Nogueira de 1919 a 1923*; *Vida Escolar do Collegio Nogueira de 1929*; *Vida Escolar do Collegio Nogueira de 1930* e *Livro de Matrículas do Collegio Nogueira de 1904 a 1931*. O quarto tópico se trata da conclusão.

## **A GEOGRAFIA ESCOLAR FRENTE ÀS REFORMAS EDUCACIONAIS DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

### **UMA PERIODIZAÇÃO: DE 1900 – 1920 E DE 1920 – 1930**

Abordaremos inicialmente sobre quando a geografia passou a compor o currículo no sistema escolar brasileiro. Segundo Souza & Pezzato (2010), isso aconteceu em 1832 e, em 1837, com a fundação do Imperial Colégio Pedro II, ela ganha o “estatuto de disciplina autônoma” (p. 79), quando passa a se integrar ao “Programa” de conteúdos dessa instituição (RIBEIRO, 2000 *apud* SAMPAIO ET AL, 2006, p.2685). Este colégio fora criado no Rio de Janeiro, aos moldes dos Liceus franceses que tinham a geografia em seu programa escolar. Ele se tornou “escola padrão” (ROCHA, 2000), “referência oficial de educação secundária no país” (SAMPALIO ET AL, 2006, p.2685). Logo, a disciplina geográfica sendo incorporada a

esta instituição também fora incorporada (obrigatoriamente) às escolas secundárias do país<sup>3</sup>. A geografia passou a estar presente em todos os conteúdos promulgados por todas as Reformas Educacionais do país desde o final do século XIX.

No Ceará, a Geografia era ministrada como disciplina escolar em diversos ambientes de ensino, tais como o Liceu do Ceará criado em 1844 (equiparado ao Colégio Pedro II) e regulamentado em 1845 e a Escola Popular criada em 1874.

Levando em consideração os trabalhos dos seguintes autores: Souza & Pezzato (2010), Nagle (1976), Oliveira (2007) e Carvalho (2015) caracterizamos a nossa periodização. Nela abordamos pontos concernentes ao período de 1900 a 1930, no Brasil, no Ceará e em Fortaleza com relação à disciplina geográfica e ao seu contexto educacional. Estes pontos foram explanados de acordo com a seguinte subdivisão: 1900 – 1920 / 1920 – 1930:

De 1900 a 1920 imperaram três importantes reformas educacionais do ensino secundário no Brasil com repercussões na disciplina geográfica<sup>4</sup>: a Reforma Epiácio Pessoa (1901), a Reforma Rivadávia Correa (1911) e a Reforma Carlos Maximiliano (1915).

Na Reforma Epiácio Pessoa<sup>5</sup> o ensino secundário durava seis anos e as aulas de Geografia constavam em quatro anos, destes seis. Durante este período surgem novos livros para o apoio no ensino da disciplina: *A Corografia*, de Pinheiro Bittencourt, A obra *Nossa Pátria*, de Vírgilio Cardoso de Oliveira e o *Atlas*, do Barão H.de Melo.

Enquanto que na Reforma Rivadávia Correa<sup>6</sup> que não vigorou nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, a geografia constava em três anos, dos seis anos de duração do ensino secundário, nesta Reforma. Durante este período, destacam-se os seguintes livros didáticos de Geografia: *Noções de Geographia do Rio Grande do Sul, Brazil e Globo Terrestre*, de Affonso Guerreiro Lima; *Geographia especial ou Chorographia do Brazil*, de Dr. Joaquim Maria de Lacerda e *Geografia do Brasil*, de Delgado de Carvalho.

Na Reforma Carlos Maximiliano<sup>7</sup> a geografia constava em dois anos, dos cinco anos de duração do ensino secundário. O programa de geografia presente entre os exames realizados era baseado no conteúdo da escola padrão, composto por: *Geografia do Brasil*, *Corografia Geral* e *Noções de Cosmografia*. Eram realizadas uma prova escrita e outra oral.

Souza & Pezzato (2010) trazem o período de 1900 a 1920 como sendo marcado pelas heranças escolares provenientes do período imperial. Eles destacam o método intuitivo, instituído no Brasil na segunda metade do século XIX e que “foi referência até a década de 1920, quando surge o Movimento

---

<sup>3</sup> A este processo dá-se o nome de “equiparação”. Segundo Rocha (2000, p. 87), “os estabelecimentos de ensino eram considerados oficiais se fossem equiparados ao modelo de ensino do referido estabelecimento. Apenas em alguns pequenos períodos a legislação sobre o assunto foi abrandada...”. Além disso, em 1890, com a Reforma Educacional de Benjamin Constant, o Colégio passou a ser chamado de Ginásio Nacional. Isto só foi revogado, em 1915, com a Reforma Carlos Maximiliano (OLIVEIRA, 2007). A partir de então, a nomenclatura voltou a ser a primeira instituída.

<sup>4</sup> A repercussão destas reformas na Geografia escolar foi abordada segundo Souza & Pezzato (2010) e Carvalho (2015).

<sup>5</sup> Lei instituída pelo decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901.

<sup>6</sup> Lei instituída pelo decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911.

<sup>7</sup> Lei instituída pelo decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 (vigorou de 1918, a partir do Decreto da Gripe, até 1924).

Escola Nova” (p. 80). Segundo os autores, “idealizado por Pestalozzi<sup>8</sup> (...) esse método baseia-se no oferecimento de experiências para os alunos para que eles, orientados pelo professor, possam ser intuídos sobre a origem e funcionamento das coisas” (idem). O professor, neste caso, seria como um agricultor cuja função se encontrava em realizar o provimento das condições externas ideais para que as plantas se desenvolvessem naturalmente. O processo de aprendizagem para este pensador poderia se resumir na expressão: “aprender fazendo”.

Segundo Proença (s/a) Pestalozzi inaugura o ensino da chamada *Geographia local*. Para ele “é na natureza que a criança deve aprender geographia. A casa paterna, as terras circunvizinhas, os cursos d’água da região (...) devem ser os primeiros centros de interesse da criança. Depois viria o traçado da carta do terreno que se estudou” (p.48 e 49)<sup>9</sup>. A ideia dele se fundamentava em unir as observações dos alunos aos seus objetos de estudo, rompendo assim com o ensino de uma geografia mnemônica, enciclopédica e descritiva, características da geografia escolar do final do século XIX, que explorava dos alunos apenas as suas capacidades de memorização e descrição.

Na verdade, essas características também se mantiveram durante o início do século seguinte. Segundo Sampaio et.al (2006), a concepção de ensino de Geografia Tradicional “permaneceu quase inalterada até a década de 1930” (p. 2686 e 2687). Este modelo de ensino em conjunto com as suas características tinha nos livros de Geografia Clássica/ Mnemônicos o seu referencial teórico. Os livros influenciaram no modo de ensinar Geografia: “foram os autores dos livros didáticos que popularizaram o ensino desta disciplina, durante o século XIX e início do século XX” (SAMPAIO ET AL, 2006, p. 2686).

Por isso, destacamos uma das obras que se tornaram referência, mesmo após anos de sua primeira publicação: o livro *Chorographia Brasílica* do Padre Manuel Aires de Casal, de 1817. Além disso, muito se deve a esta obra o fato de tanto a geografia escolar como a geografia científica, no Brasil, terem demorado a se renovar quanto aos seus estudos e métodos. Para ele, esta obra era considerada “um resíduo da geografia clássica, sua consagração haveria impedido o avanço da geografia moderna que nesse mesmo período estava sendo produzida na Europa” (ROCHA, 1994, p.97 *apud* CARVALHO, 2015, p.101). Em contrapartida, teremos no século seguinte, autores como Delgado de Carvalho que introduziu conteúdos com concepções de Geografia moderna nos seus livros didáticos.

O empirismo pedagógico imperou no Ceará até 1922. O método usado no ensino primário foi desenvolvido por Herbert e a sua fundamentação era exatamente a exploração da memória do aluno. Os livros utilizados em sala de aula possuíam uma linguagem clara, “simples, facilitavam às crianças a matéria decorativa, ao lado da tabuada decorada e cantada ao som da palmatória” (ALVES, 1966, p.362).

---

<sup>8</sup>Johann Heinrich Pestalozzi: Educador nascido em 1746, em Zurique-Suíça (EDUCAR PARA CRESCER, 2015). Oliveira (2007) aponta este como um dos pioneiros no debate sobre o rompimento com a visão tradicional da escola e com o surgimento de concepções modernas de ensino e aprendizagem (base do ideário Escola Nova).

<sup>9</sup> Estes pensamentos logo contagiaram pensadores do Império interessados neste rompimento, como o relator do Projeto de Reforma da Instrução Pública, de 1882, o deputado Rui Barbosa. Apesar de este ter investido na defesa da introdução de uma geografia escolar com métodos mais modernos de ensino, no fim do século XIX, só foi na década de 1920, com os dispositivos da Reforma Rocha-Vaz em conjunto com as proposições do professor Delgado de Carvalho que isto foi viabilizado.

Durante a primeira república, no Brasil foram publicados 68 livros didáticos de Geografia (LOURENÇO, 1996 *apud* CARVALHO, 2015). Dentre os livros utilizados no Ceará, e em outros estados do Brasil, está a obra *Nossa Pátria: uma pequena enciclopédia nacional*, do autor Virgílio Cardoso de Oliveira, de 1908. Este livro abordava “a relação entre o conhecimento geográfico do Brasil e sua história” (MENDES, 2012, p. 259). O conteúdo geográfico do livro era composto, primeiramente, pela abordagem dos limites territoriais com o foco de disseminar uma identidade nacional.

Mendes explica que livros como a *Nossa Pátria* traziam consigo um viés patriótico que seria difundido exatamente através da Geografia e da História. O ideal nacionalista estava imbricado também no tripé positivista, apresentado na capa e como a primeira lição da obra: “Pátria, Família e Escola.” Esses eixos se relacionavam da seguinte forma: o Estado/Pátria como agente provedor da educação; A família como coadjuvante deste processo e a escola como “responsável pela difusão dos saberes e das luzes do progresso” (MENDES, 2012, p. 259).

Ao falarmos sobre os livros de geografia e os ideais patrióticos difundidos por eles tratamos sobre uma questão mais abrangente: a própria educação que, neste período, teve como cerne estes ideais. Segundo Carvalho, “os livros didáticos possuem autoria, mas são também baseados em propostas curriculares do Estado”, o difusor principal da ideologia nacionalista (2015, p. 103).

Embora o discurso da Instrução Pública fosse forte durante o período republicano (na verdade desde o Império), o número de alunos matriculados era muito pequeno tanto em nível de Brasil, como de Estado e de Capital, como nos diz Carvalho (2015) e Alves (1966). Deste modo, a transmissão dos valores nacionalistas alcançou os poucos privilegiados que frequentaram as escolas e não a todos como era proferido nos discursos estadistas.

No Ceará também eram usados em sala de aula, desde o séc. XIX, os compêndios e manuais. Estes eram construídos pelos próprios professores das disciplinas, a exemplo do “Compêndio Elementar da Geografia Geral e Especial do Brasil”, criado por Thomaz Pompeu de Souza Brasil – o senador Pompeu. [A primeira edição da obra foi lançada em 1856 com o título de compêndio “Elementos de Geografia” (SOUSA NETO, 1997 *apud* MENDES, 2012, p. 253). Logo depois foi reeditado e ampliado com o título citado primeiramente]. O Senador foi professor de geografia no Liceu do Ceará e sua obra se tornou referência em todo o país.

Sousa & Pezzato (2010) explanam sobre a década de 1920 a 1930 como sendo marcada por expressivas mudanças educacionais. Como fatores impulsionadores destas mudanças se destacam dois fenômenos: o otimismo pedagógico e o entusiasmo pela educação. Ambos foram importantes para delinear os novos rumos da educação no país. Na verdade, no decênio anterior, “uma atitude que se desenvolveu nas correntes de ideias e movimentos político-sociais consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem àquilo que, na década dos vinte, está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico” (NAGLE, 1976, p. 101).

Assim, verificamos que estes fenômenos tiveram a sua organização mais concreta na década de 1920, apesar de suas primícias terem surgido na década anterior. Na década de 1920 vemos a união de “duas preocupações: a educação da população, no sentido de constituir o povo brasileiro, através da consolidação do ensino primário e a educação das elites, por meio da reestruturação do ensino secundário e superior” (ANSELMO, 2002, p. 248). Estas preocupações são provenientes da própria elite que, a fim de direcionar o processo de formação da nação também, deveriam estar devidamente formadas para tanto.

Desta forma, o passo considerável para a implementação das propostas de uma renovação educacional no Brasil se deu com a promulgação da Reforma Luis Alves – Rocha Vaz, em 13 de janeiro de 1925. Esta Reforma teve um papel importante no que tange a questões pedagógicas no país (ela contemplou o ensino primário, secundário e superior, além de envolver a administração).

A Reforma Luiz Aves-Rocha Vaz se interessou em consolidar<sup>10</sup> o nacionalismo – patriótico. Em seus dispositivos eram defendidos o ensino da língua materna, da história nacional, da geografia, da literatura além da abordagem de narrações, descrições e biografias de grandes vultos históricos nacionais a fim de que os sentimentos de patriotismo e de civismo fossem despertados nos alunos (BRASIL, 1925 *apud* ROCHA, 2000). O ensino primário e o secundário tinham um papel importante para a construção desse sentimento, segundo Anselmo (2002). Para os professores ligados a linha de pensamento que defendiam a renovação da disciplina geográfica, a reforma representou “o triunfo, pelo menos no campo oficial” (ROCHA, 2000, pg. 86) das suas lutas, em face de uma dupla realidade vivenciada pela geografia escolar brasileira: por um lado o reino da Geografia clássica, mnemônica e descritiva e, pelo outro lado, a realidade dos professores desejosos pela introdução da geografia moderna nas salas de aulas.

A reforma foi crucial para que se iniciassem as transformações da disciplina em seus conteúdos, métodos e paradigmas. Dentro desse contexto inserem-se “as duas principais vertentes epistemológicas da Geografia, na década de 1920” no país (ANSELMO, 2002, p. 249): a ilustrada pelo professor Everardo Beckheuser e a outra pelo professor Carlos Delgado de Carvalho. Ambos eram associados a Associação Brasileira de Educação- ABE e fundadores do “primeiro ensaio brasileiro de ensino superior em Geografia” (idem, p. 248), que foi o Curso Livre de Geografia Superior em 1926, na Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro- SGRJ. Também eram professores do Colégio Pedro II e ambos defendiam o rompimento com a geografia Clássica e laboravam pela implementação de uma ciência geográfica com concepções modernas no ensino primário e secundário.

Por isso, foram os pioneiros a motivar debates acerca da Geografia enquanto “disciplina escolar”. Eles a consideravam como um “dos campos científicos mais elevados, mais nobres e mais difíceis” (ANSELMO, 2002, p. 249).

No entanto, não só de elogios viveu a Reforma Rocha-Vaz. Pelo contrário, a Congregação de Professores do Liceu do Ceará, em 1928 publicou um relatório avaliando as inovações em curso do

---

<sup>10</sup> Não abordamos sobre o nível de ensino superior devido à institucionalização da geografia, como disciplina acadêmica, datar de 1934 quando houve a criação do Curso Superior de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), na Universidade São Paulo (USP). Portanto, esta data está fora do período em estudo (1900 -1930).

dispositivo legal. Embora, em 1925, tenha lançado um relatório cujo conteúdo estava repleto de expectativas com relação à Reforma, o conteúdo deste novo ofício faz críticas severas a respeito dela:

O Parlamento, na mais absurda incompreensão do que deve ser o ensino, vive a perturbar-o e a anular os melhores efeitos de sua organização, ora concedendo preparatórios num regime de seriação obrigatório, ora dispensando exames, estabelecendo um verdadeiro mosaico de regimens do que vae resultando cada vez mais o despreparo dos estudantes, o desanimo dos professores, a anarchia do ensino secundário (OFÍCIO do dia 7 de maio de 1929 *apud* OLIVEIRA, 2007, p.99).

Observa-se que neste ofício a Congregação explicita a sua visão crítica também com relação a confusão gerada pelas inúmeras tomadas de decisão, relacionadas aos regimes de educação no país. A citação acima nos mostra as consequências geradas pela má condução dos ensinos primário e secundário no Brasil, desde as primeiras reformas educacionais republicanas.

Outra crítica é feita por um professor de Geografia do Liceu do Ceará, o doutor Antônio Theodorico da Costa. No seu texto publicado em 1927, pela Revista do Instituto do Ceará ele faz uma análise geral da forma como o ensino secundário tem sido orientado no Brasil. Ele contribui com sugestões próprias para a resolução de algumas questões que ele aponta serem desfavoráveis ao ensino secundário, por consequência desta orientação.

O professor faz os seguintes apontamentos críticos, referentes ao ensino de Geografia: ele tece críticas ao fato da disciplina de Geografia Geral ser ministrada em apenas um ano. Ele afirma que “sabem todos que semelhantes materia não pode ser dada em tam pouco tempo” (COSTA, 1927, p.225). Logo em seguida, ele comenta sobre as dificuldades dos alunos vencerem as oitenta lições da disciplina ministradas nos 1º e 2º anos, respectivamente. As palavras do professor revelam aquilo que as reformas educacionais republicanas fizeram com a geografia escolar: diminuíram a quantidade de séries em que a disciplina era ensinada<sup>11</sup>. Paradoxalmente, a Geografia era considerada como uma das disciplinas chaves para a veiculação dos ideais republicanos.

A visão do Prof. Theodorico perpassava pela consciência da importância da Geografia como ciência *mater*. Segundo ele, a Geografia:

É uma materia extensa, considerada hoje em dia como a sciencia <<mater>> da cultura social e economica dos povos modernos, resumindo e condensando todo o saber humano, pintando e descrevendo o quadro geral da Natureza, da Humanidade e de seus trabalhos (COSTA, 1927, p.225).

Diante disso, vemos a razão dele enfatizar que a Geografia não pode ser estudada em poucos anos e, por isso faz a seguinte sugestão: “Porque não destribui-la por tres annos? Assim, seria o estudo feito com mais vantagem, tendo em vista a sua alta importancia no conjuncto dos conhecimentos humanos” (COSTA, 1927, p.225).

Durante o decênio em análise, constatamos através da leitura da tese de Mendes (2012), o levante de duas publicações, datadas de 1922, importantes para a análise da Geografia escolar apreendida e ensinada na cidade de Fortaleza e no Ceará, respectivamente. São elas: *O Caderno de Geografia de Raquel de Queiróz* e o livro *Esboço Physiographico do Ceará*, de Thomaz Pompeu Sobrinho. No primeiro, nota-se

---

<sup>11</sup> Em 1901 a Geografia era ensinadas em 4 dos seis anos que compunham o ensino secundário. Em 1925 a disciplina constava em dois dos seis anos.

o conteúdo mnemônico e enciclopédico repassado nas salas de aula de Geografia do Colégio Imaculada Conceição, em Fortaleza.

O recuso da memorização era observado nos escritos pela organização dos conteúdos através do método dialogístico ou catequese. Este método esteve presente no Compêndio elaborado por Thomaz Pompeu (somente na edição de 1856) e compreende a escrita dos conceitos, através de do diálogo entre “Mestre” (o professor) e o “discípulo” (o aluno), por meio de perguntas e respostas: “... o mestre ocupava a posição de um sábio que questionava seu discípulo sobre o significado dos conceitos geográficos” (p. 253 e 254).

A segunda publicação tem como foco principal o conhecimento da Geografia física do Ceará abordando, em seu conteúdo, as questões sobre clima, hidrografia, relevo enfim. Esta abordagem particularizada do autor deu caráter “original e endógeno” à sua obra. Daí o porquê dela ser considerada de suma importância para o conhecimento do Estado do Ceará. No livro estão contidos “imagens, mapas desenhados e com a clara ampliação de conteúdos, não apenas o enciclopedismo de conceitos, mas a caracterização física do Ceará...” (MENDES, 2012, p.263).

Observa-se, então, o posicionamento dos professores de Geografia da cidade frente às reformas educacionais que orientaram o ensino da disciplina no país. Mas, além de receber uma orientação nacional, via reformas, a disciplina geográfica era ministrada nos seus diferentes ambientes de ensino segundo as suas especificidades, como veremos no tópico a seguir.

## **CARACTERÍSTICAS DA GEOGRAPHIA ESCOLAR NOS DIFERENTES AMBIENTES DE ENSINO DA CIDADE**

Antes de falarmos sobre a Geografia escolar ministrada no Instituto e no Colégio Nogueira, abordaremos sobre a Geografia escolar lecionada em alguns ambientes de ensino que se instalaram na cidade.

Dos diversos ambientes de ensino de Fortaleza destacaremos, segundo Mendes (2012), as Escolas de ensino secundário profissionalizante e geral (Escola Normal e Liceu, respectivamente), o ensino sacro (Seminário da Prainha), o ensino militar e as de ensino privado, que neste caso serão os presentes educandários.

O quadro abaixo explana de forma sucinta e objetiva sobre o ambiente de ensino, seu ano de criação e a sua respectiva geografia escolar.

**Quadro 1.** Características da Geografia Escolar ministrada nos diversos ambientes de ensino de Fortaleza<sup>12</sup>

Ambiente de ensino	Ano de criação	Características da sua Geografia escolar
Liceu do Ceará	1847	Geografia clássica, mnemônica. Na instituição eram ministradas aulas de Geografia e <i>Corografia</i> , Elementos de <i>Corografia</i> . A escola também contava com a “utilização de manuais e compêndios, instrumentos de desenho, globos, mapas” para serem manuseados nas aulas.
Escola Normal	1872	Era ensinada Geografia Geral e <i>Corografia</i> do Brasil. Foi adotado o Livro “João Pergunta (ou Brasil Sêcco), conduzido na Escola, pelo esquema de narrativas <sup>13</sup> que seguia a seguinte linha de pensamento: “compreensão da origem histórica do Brasil/Ceará, a formação de uma identidade racial [...]; e por fim, os estudos da natureza da terra, a problemática das secas e a necessidade do cearense de se manter forte diante das adversidades [...]”
Seminário da Prainha	1860	Caracterizava-se pelo ensino de uma geografia sacra, voltada para a “formação da religião cristã pelo mundo.” Suas fontes eram as escrituras bíblicas.
Colégio Militar do Ceará	1919	A geografia era considerada um saber estratégico para o oferecimento do conhecimento do território tanto rural quanto urbano, para as escolas militares, inclusive para o Colégio. Assim, ela era ensinada de forma mais estratégica e menos mnemônica e os oficiais recebiam noções de geopolítica nas aulas.

Fonte: MENDES (2012), adaptado pela autora.

Nota-se que o ensino da Geografia correspondia aos objetivos particulares de cada ambiente de ensino, ela se voltava para atender o público alvo das escolas, mas com características próprias do contexto histórico da época e também dos métodos aderidos por cada entidade. Tomamos por exemplo a Escola Normal que aderiu ao Livro João Pergunta, do autor Newton Craveiro, que foi tornado oficial nas escolas primárias do Ceará, na década de 1930. Foi publicado em 1924, respirando e aspirando às propostas da Reforma Educacional de 1922, defendendo o ensino *ativo* e o não tradicional. Este foi tomado para a formação dos futuros docentes do Estado que incorporaram a geografia ministrada no ambiente, através da forma de utilização do livro (as narrativas e a sua linha de pensamento), e por consequência incorporaram também as suas aspirações e assim, puderam reproduzi-las nas salas de aula.

A Geografia ministrada nos educandários continha alguns traços daquela ministrada no Liceu do Ceará. Era mnemônica quanto a sua *Corografia*, mas incentivava aos alunos quanto a leitura e interpretação de mapas, ao conhecimento sobre datas cíveis além de práticas que ultrapassavam os limites dos colégios,

<sup>12</sup> Outros ambientes também tinham geografia no seu currículo, como a Fênix Caixeiral, escola comercial, mas que não foi tratada aprofundadamente por Mendes (2012).

<sup>13</sup> Segundo Mendes (2012), “As disciplinas eram ensinadas no livro por meio de histórias simples e narrativas feitas entre personagens” (p.237), sendo neste caso João o principal.

como os cortejos cívicos realizados em julho. O próximo tópico traz as verificações da análise que fizemos sobre os colégios em que esses pontos são percorridos de forma mais minuciosa.

## **A GEOGRAPHIA ESCOLAR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES (1904 A 1914) E DO COLÉGIO NOGUEIRA (1918 A 1934)**

Ambos os colégios embora tenha fundado em momentos diferentes, pelo mesmo professor Joaquim Nogueira, tinha o mesmo método de ensino, correspondente ao método intuitivo prático<sup>14</sup>, àquele idealizado Pestalozzi, que foi notório na análise da geografia ensinada em suas salas de aulas feita pela apreciação dos documentos históricos e da bibliografia.

Os documentos analisados foram encontrados no Arquivo Público do Ceará e são denominados de: *Livro de Partes do Collegio Nogueira de 1919 a 1923*; *Vida Escolar do Collegio Nogueira de 1929*; *Vida Escolar do Collegio Nogueira de 1930* e *Livro de Matrículas do Collegio Nogueira de 1904 a 1931*.

O arquivo referente ao *Livro de Matrículas de 1904 a 1931* trazem os nomes, a filiação, a data de nascimento, a naturalidade, a data da matrícula e em que curso o aluno estava matriculado; Os Livros *Collegio Nogueira: Vida Escolar de 1929* e *Collegio Nogueira: Vida Escolar de 1930* correspondem a documentos que possuem notas, frequências, caixa da escola, conteúdo de questões de provas, programas de ensino e os horários das aulas. É visto o movimento da escola referente a todas as ofertas de cursos. Também possui a descrição da rotina das aulas e das bancas<sup>15</sup> de estudo tal qual o *Livro de Partes de 1919 a 1923* mostra. Estes documentos se referem, na maior parte dos seus conteúdos, ao Colégio Nogueira. Utilizamos mais das autoras Bindá (2008), Silva (2010) e Oliveira (1959) para analisarmos o Instituto de Humanidades.

Ao tratarmos da Geografia ministrada nos educandários, abordamos sobre o seu ensino como prática pedagógica do Instituto; a análise dos programas de ensino de geografia segundo a *Revista Escolar do Instituto de Humanidades*, do ano de 1906, de acordo com que BINDÁ (2008) e sobre um programa de ensino de geografia encontrados no *Livro de Partes de 1919 a 1923*; e, por fim, a geografia e a formação cívico-patriótica dos discentes.

Segundo a *Revista Escolar* (1906 apud BINDÁ, 2008), a Geografia era ministrada na segunda, terceira e quarta classe do ensino primário, em 1906. De 1904 a 1911, a disciplina era vista no primeiro e segundo ano do ensino secundário. Após a Reforma Rivadávia Correia, em 1912, ela passou a ser ministrada na primeira, na segunda e na terceira série do ensino secundário.

O *Livro de Partes* traz a disciplina geográfica sendo ministrada também na segunda, terceira e quarta classe do ensino primário, em 1921 e no curso Médio, no Colégio Nogueira. Infere-se que o *Livro Collegio Nogueira: Vida Escolar de 1930* traga a disciplina sendo ministrada no primeiro ano do ensino.

---

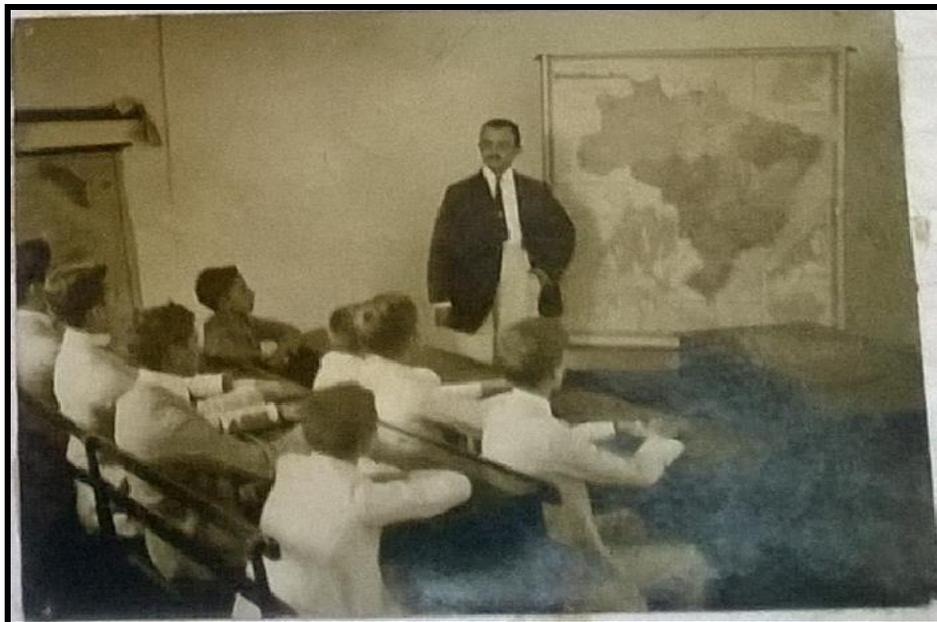
<sup>14</sup>“idealizado por Pestalozzi (...) esse método baseia-se no oferecimento de experiências para os alunos para que eles, orientados pelo professor, possam ser intuídos sobre a origem e funcionamento das coisas” (SOUSA & PEZZATO, 2010, p.80).

<sup>15</sup> Esclarecemos que as bancas eram momentos de estudos dos alunos em grupo, supervisionado pelo professor responsável (SILVA, 2010).

Dentre as práticas pedagógicas inovadoras encontradas nas escolas destaca-se o ensino de geografia. Entendemos por prática pedagógica, neste aspecto, referente ao ensino da disciplina, as formas pelas quais a mesma tornou-se assimilável por parte dos alunos. Não houve uma mudança quanto aos conceitos geográficos ensinados, mas na forma com que os docentes os levaram para os seus discentes e na forma como estes aprenderam sobre aqueles.

Bindá (2008) explana que “A Geografia ministrada no Instituto de Humanidades, seguindo a orientação moderna do ensino intuitivo, percorria sentido contrário ao verbalismo e memorização...” (p.87). Isto pode ser visualizado antes da Reforma de 1922, até mesmo antes da Reforma de Ensino Luiz Alves-Rocha Vaz, em 1925 quando os princípios modernos de educação lutavam para ser instaurados nas escolas e na disciplina de geografia, por consequência.

As práticas, portanto, “não se limitavam à fastidiosa decoração de dados estatísticos e de acidentes geográficos. Eram apresentados, para serem reconhecidos pelos alunos, mapas dos Estados do Brasil, dos países da América e dos continentes”, destaca Oliveira (1959, p.390) sobre o Colégio Nogueira. E eles faziam este reconhecimento, como o mesmo acrescenta: “nas cartas, os alunos indicavam os limites, as serras, os rios, os acidentes do litoral, a capital, as cidades principais, as vias de comunicações, determinavam as coordenadas, avaliavam as distâncias, servindo-se de escalas, aprendiam, enfim a ler o mapa” (OLIVEIRA, 1959, p.390). Isto nos demonstra o aguçado desenvolvimento das capacidades interpretativas e de percepção espaço-temporal dos alunos (ver figura 1).



**Figura 1.** Aula de Geografia no Instituto de Humanidades- [1904 a 1931]<sup>16</sup>Fonte: Foto presente no *Livro de Matrículas de 1904 a 1931* conforme pesquisado no Arquivo Público, 2015.

---

<sup>16</sup> Mendes (2012) usou outra fonte para se remeter a mesma imagem no seu trabalho, no entanto ela indica que a foto foi tirada em 1892. O que, portanto, pode ser questionado, uma vez que se sabe que o Instituto de Humanidade somente abriu as suas portas em 1904. Como em nossa fonte de pesquisa, o *Livro de Matrículas de 1904 a 1931*, a presente foto não apresenta a data em que foi tirada, preferimos deixar como o intervalo de tempo provável para a sua execução, os anos de 1904 a 1931, pois se refere ao arquivo em que ela foi encontrada.

As escolas adotaram alguns livros didáticos como suporte, mas as suas maiores fontes de conteúdo pedagógico (sobretudo para o Instituto), do qual era ensinado em suas aulas, se encontravam no *Livro Anno Escolar* e na *Revista Escolar*. Neles estava contida a suma do conhecimento norteador de todos os cursos dos colégios, ou melhor, “os elementos precisos para a iniciação dos conhecimentos necessários aos diferentes cursos” (REVISTA ESCOLAR, 1906, p.1 *apud* BINDÁ, 2008, p.76). O primeiro corresponde a uma compilação das principais lições publicadas na Revista. Fora publicado em 1908, 1910 e em 1921.

Nas duas primeiras edições a Geografia está presente, sendo como integrante da segunda parte, das quatro partes do qual se dividiam o livro, na sua primeira edição ou na segunda edição, integrando a terceira parte do livro junto com a *Corografia* do Brasil. Houve quem criticasse o livro Ano Escolar dizendo que este era apenas uma compilação enciclopédica (SILVA, 2010) ou quem o elogiasse dizendo que nele veicularam “excelentes trabalhos” (ESPÍNOLA, 1991, p.93 *apud* MENDES, 2012, p.244). A *Revista Escolar* era um periódico mensal, publicada de 1904 a 1914, “direcionada aos discentes, docentes e público geral, continha a prática pedagógica e os discursos cívico-patrióticos que norteavam a formação discente do educandário [Instituto]” (BINDÁ, 2008, p.76).

Os livros didáticos que estiveram presentes na rotina das escolas quanto à disciplina de Geografia e que englobaram até outras matérias como civismo (alguns destes) foram a obra de Virgílio Cardoso de Oliveira, “Pátria Brasileira”; a obra do professor Artur Thiré, professor do Colégio Pedro II e do Instituto Nacional Bernardo de Vasconcelos, no Rio de Janeiro - “Geografia Elementar para o Curso Primário”; a obra de Barão de Studart - “Datas e Fatos para História do Ceará”; do autor Antônio Bezerra de Menezes, poeta cearense - “Patriotas Cearenses”, “Notas de Viagens ao Norte do Ceará”, “O Ceará e os Cearenses”. Além desses, pode se somar a estas as encontradas como indicação de estudo no programa de geografia do 1º Ano, encontrado no Livro *Collegio Nogueira: Vida Escolar de 1930*. São eles: Carlos de Novaes, “Geographia Secundaria”; Raja Gabaglia, “Praticas de Geographia”; Othelo Reis, “Europa, Ásia, África, Oceania e América de hoje”; Monteiro e Oliveira, “Novo Atlas de Geographia, curso médio ou superior” e “Mappas mudo das escolas – Planisferio, Europa, Ásia, África, Oceania e América do Sul e paizes separados”, sem autor descrito.

Dizer que a percepção do ensino de Geografia Tradicional permaneceu praticamente inalterada até a terceira década do século XX não diminuem a validade das práticas escolares, tidas como modernas, ligadas ao ensino da Geografia nos educandários. No entanto, nos alerta para o fato de que os recursos descritivos poderiam e continuavam sendo recorridos, como no ensino da disciplina congênere à Geografia: a *Corografia*<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Mendes (2012) aborda que “partindo-se do contexto clássico, já existia outra dimensão do conhecimento geográfico que se denominava *corografia*. E a partir dessa vertente, a geografia aproximava-se em sua feitura com o conhecimento histórico. Por ser *corografia*, segundo a compreensão de Capel citado pela autora (1981; 1989), um informe descritivo resultante da observação da investigação” (p.224). Além disso, ela acrescenta que a partir de 1491, houve uma classificação das ciências em que a geografia fora indicada como inserida em mais de um grupo. O que explica autores como Tomas Hobbes (1651) classifica-la como uma ciência da razão e da matemática e Francis Bacon (1623) indica-la como integrante do grupo das ciências históricas, segundo a mesma.

O quadro 2 mostra o conteúdo do programa de *Chorographia do Brazil*, no Colégio Nogueira, em 1921, no ensino primário.

**Quadro 2.** Programa de *Chorographia do Brazil*, Curso Primário, 1921

	Conteúdo
1° Ponto	Estados e Capitaes
2° Ponto	Situação das capitães
3° Ponto	Limites interestaduais
4° Ponto	Cidades principaes do Brasil, quanto ao seu comércio, situação em relação a seu Estado e à capital de cada Estado por mais longiquas ou mais próximas; cidades fluviais e lacustres, cidades serranas; cidades servidas por estradas de ferro; etc, etc. (Este ponto deve ser dividido em lições, tantas quantas necessárias para o estudo completo da chorographia).
5° Ponto	Rios: a) o maior de cada Estado; b) rios que exercem funções divisórias entre Estados litoraneos c) rios interiores que exercem funções divisórias entre Estados e entre países estrangeiros; d) rios que banham mais de um Estado; e) rios principaes e rios afluentes; etc, etc
6° Ponto	Serras: a) as principaes de cada Estado; b) as que servem de limites entre Estado e países estrangeiros; as mais altas; etc, etc.
7° Ponto	Ilhas: a) as de cada Estado; b) ilhas marítimas e ilhas fluviais;
8° Ponto	Cabos e pontas de cada Estado;
9° Ponto	Lagos, lagoas, e lagunas de cada Estado.
10° Ponto	Bahias, enseadas, etc.
11° Ponto	Analogias: entre cidades, Estados, capitães, rios, serras, bahias, ilhas, etc, etc.

**Fonte:** *Livro de Partes de 1919 a 192*, adaptado pela autora.

A *Corografia*, na verdade era ensinada não só no ensino primário, mas em outras modalidades de ensino, nos dois educandários. Ela trazia para os alunos o domínio sobre o território brasileiro, através do conhecimento dos seus estados e limites estaduais, bem como a fisiografia do seu país para poder apreciar as suas potencialidades naturais, para assim poder amá-lo e defendê-lo. O ideal contido por trás do conhecimento corográfico era a geração do sentimento patriótico.

No quadro nota-se um caráter enciclopédico nas descrições dos conteúdos. Cada ponto é detalhadamente descrito e há uma observação para que o ponto 4 seja tantas lições quanto necessárias para que o estudo fosse feito de forma completa. Assim, percebemos o rigor com que esta disciplina era ensinada. Mais uma vez, a diferença fica por conta da forma com que o conteúdo é levado para os meninos, ou seja, do método desenvolvido pela escola. No último assunto é colocado para que seja feito, entre os pontos, analogias. Diferente, de apenas lançar um conteúdo (que só de ler nos é enfadonho) para os alunos para que eles memorizem, as analogias facilitam a absorção dos conteúdos e a capacidade de interpretar e entender as diferenças entre as características que concernem aos elementos da *Corografia Política* (pontos de 1 a 4) e os da *Corografia Física* (pontos de 5 a 10) do país.

Além dessa, outra ciência congênere a Geografia era ensinada nas escolas no Brasil, sobremaneira no ensino secundário, inclusive nos educandários em estudo. Era a *Cosmografia* que é um “estudo relacionado à compreensão da astronomia, com a descrição matemática da Terra” (JÚNIOR, 1935 *apud* MENDES, 2012, p.225).

Mendes aponta que “ao aproximar a geografia da descrição matemática e física da Terra, estes condicionantes lhe deram caráter mais exato tornando-se assim as primeiras referências quando se pensava nesse saber até meados do século XIX” (MENDES, 2012, p.225).

Vestígios deste caráter descritivo sobre a *Corografia* e a *Cosmografia* permaneceram durante o início do século XX e foram investigados por muitos pesquisadores, inclusive cearenses e foram lecionadas nas salas de aula.

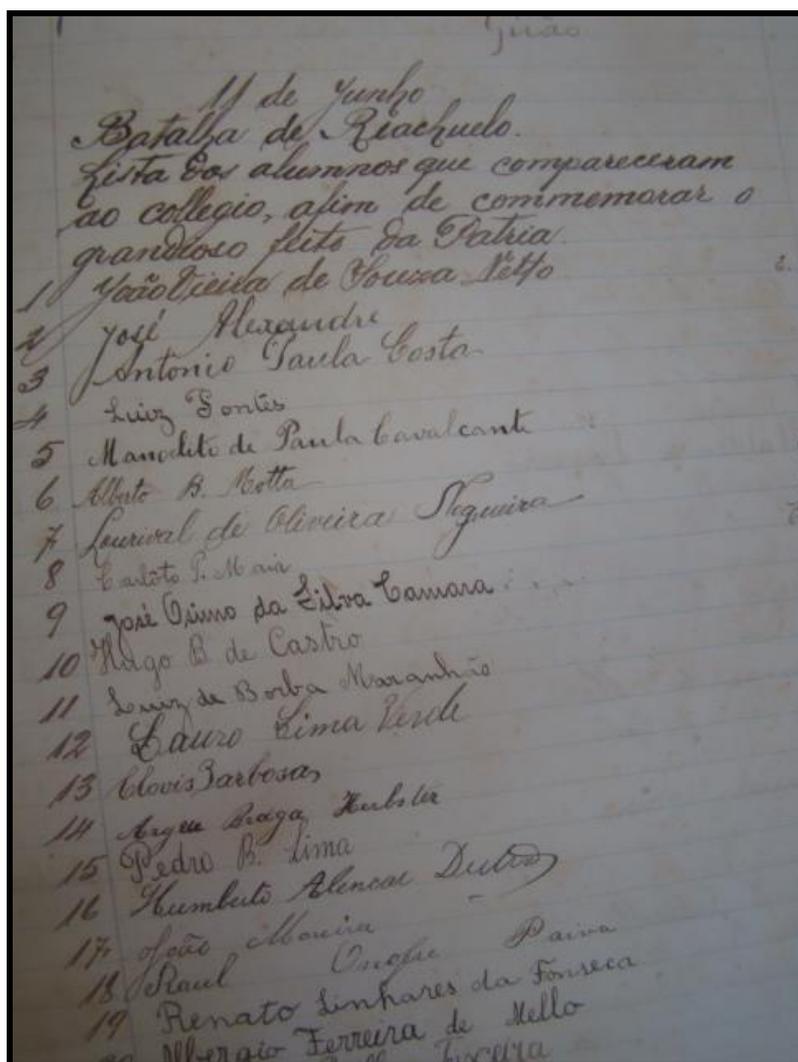
O caráter descritivo e até enciclopédico do estudo da *corografia* e da *cosmografia* trazia também para o aluno aquela evocação clássica da geografia ou como um saber ligado ao conhecimento histórico ou como um saber que os proporcionava se localizar pontualmente nos lugares, com as latitudes e longitudes (MENDES, 2012). A geografia se encontrara neste ponto de intersecção.

O professor Nogueira, em seus educandários fez questão de mantê-los em consonância com a ideologia cívico-patriótica, primada pela República. O desenvolvimento cívico, científico e moral estavam no mesmo patamar de promoção dos alunos das instituições, bem como do alunado da cidade de Fortaleza.

Algumas práticas pedagógicas destas entidades somam-se as já mencionadas e analisadas para poder compreendermos melhor o destaque que damos para estes educandários, na compreensão da geografia escolar ministradas em suas salas de aula: as sabinas nos permitem compreender sobre a geografia e a formação cívico-patriótica dos discentes. As práticas de conservação das datas cívicas, os préstimos escolares, as excursões e os plebiscitos, nos permitem ter uma noção mais plena da própria formação cívico-patriótica dos discentes (as sabinas estão contidas dentro dessas).

As sabinas consistiam em arguições realizadas aos sábados pelos professores com o objetivo de recapitular a matéria estudada, através de perguntas e respostas. Estas arguições também podiam ser feitas de aluno para aluno. Dentre as matérias abordadas na sabinina está a Geografia. Na verdade, o *Livro de Partes* traz as sabinas como parte da rotina dos alunos. É observado no texto da sabinina de 1920, que os alunos possuem conhecimento das constituições estaduais e federais. Além disso, os alunos deveriam ter domínio completo do conhecimento dos “hinos da República, da Bandeira e Nacional; saber, ainda, dissertar sobre os acontecimentos, datas, lugares e principais personagens da história do Ceará e do Brasil, através de uma coerência cronológica” (BINDÁ, 2008, p.100). Por isso, o ensino da História e da Geografia eram tão caros as duas escolas neste aspecto.

Fato que nos chama a atenção na leitura referente ao *Livro de Partes* é a importância dada às datas cívicas pelo Colégio Nogueira. Em todo o livro vemos que a escola fazia questão de prestar tributos aos homenageados ou aos acontecimentos referentes às datas, principalmente porque elas remetiam ao imaginário patriótico. Os alunos iam cumprimentar o senhor diretor, por ocasião destas, e deixavam registradas as suas assinaturas, como pode ser visto na figura 2. Algumas datas registradas no livro são: 21 de abril- Dia de Tiradentes; Dia 13 de maio- Abolição da escravatura; 24 de maio- Batalha do Tuiuty; 11 de junho- Batalha do “Riachuelo”; 14 de julho- Confraternização dos povos americanos; 07 de setembro- Independência do Brasil; 12 de outubro- Descobrimto da América. Nos textos das escolas, Tiradentes era considerado um “*proto-martyr*” (1921, *Livro de Partes*) da Independência; “A imagem dele deveria incentivar, nos estudantes, o apego ao passado pátrio [...], tornando-os capazes de agir de acordo com as ideias republicanas” (BINDÁ, 2008, p.102).



**Figura 2.** Registro de visitação dos alunos em virtude da Comemoração da Batalha do Riachuelo, 1921. Fonte: Foto do arquivo pessoal de ESTEVAM (2015) conforme pesquisado no *Livro de Partes de 1919 a 1923*, 2014.

Os préstitos escolares (ver figura 3) eram desfiles realizados pelos alunos por entre as ruas de Fortaleza, por ocasião da data de nascimento da *Revista Escolar*, no dia 14 de julho. Estes eram eventos memoráveis, oportunidade única para difundir e fortalecer o culto a pátria para a sociedade fortalezense, vivenciados pelo educandário. Nas ruas desfilavam pelotões de alunos, que eram acompanhados de “cartazes, bandeiras, estandartes, carros alegóricos, ricamente bordados com o símbolo da República e o brasão do Estado do Ceará. Ao final dos desfiles, [...] o professor Joaquim da Costa Nogueira convidava os alunos e seus familiares para retornar ao prédio do Instituto, onde escutariam hinos, datas, palestras e frases” cheias de ufanismo (BINDÁ, 2008, p.103).



**Figura 3.** Préstimo Escolar [1904 a 1931]. Fonte: Foto presentes no *Livro de Matrículas de 1904 a 1931* conforme pesquisado no Arquivo Público, 2015.

Os plebicitos e as excursões eram práticas que propiciavam aos alunos do Instituto o conhecimento dos seus deveres e direitos cívicos, assim como entender como ocorriam as eleições para ocupações de cargos públicos e fazer com que eles também tivessem uma noção prática do conteúdo estudado em sala de aula, possibilitando-os “fazer observações diretas” (BINDÁ, 2008, p.89), respectivamente. As excursões, geralmente, eram feitas para praças, museus etc.

As escolas sintetizavam os três princípios repassados nas salas de aula de Fortaleza, durante o período: “o Nacionalismo, o Escolonovismo e o Higienismo” (OLIVEIRA, 2007, p. 66), refletindo e se conectando com que elas causavam a nível nacional e internacional.

O nacionalismo por refletir de forma clara em suas práticas o desejo de formar os discentes para a valorização da geografia do Brasil, do conhecimento do território, “dos seus direitos e deveres cívicos” (BINDÁ, 2008, p. 64). O que pode ser notado nos trajes que envolvem a aluna e no simbolismo por ela representado - para os positivistas, sobretudo para Comte, a República evocava um imaginário feminino, como descreve CARVALHO (1990), visualizado na na figura 4.



**Figura 4.** Aluna vestida de República carregando o estandarte do Instituto de Humanidades, 1907. Fonte: Foto presentes no *Livro de Matrículas de 1904 a 1931* conforme pesquisado no Arquivo Público, 2015.

Quanto ao Escolonovismo<sup>18</sup>, os valores pregados pelos seus propósitos estavam ligados à cooperação, a solidariedade fazendo com que o aluno soubesse viver em sociedade, respeitando a sua liberdade e a do outro. Estes valores e o incentivo, por parte do professor, a fazer crescer no aluno o seu desejo de conhecimento. Estas características estavam dentro dos anseios das escolas ao aderirem ao método intuitivo prático.

Era desejo do professor Nogueira fazer dos seus educandários um ambiente familiar no qual os alunos internos, poderiam ser tratados tal qual estivessem próximos dos seus parentes, tanto pelo cuidado com uma alimentação saudável, boa higiene quanto na correção dos modos e na cobrança com relação aos estudos dos meninos.

---

<sup>18</sup> O termo refere-se ao movimento educacional conhecido como Escola Nova cuja perspectiva era “romper com o ideário da escola tradicional tendo a Psicologia científica como arcabouço teórico [...] As grandes influências nesse campo vêm de várias direções, pois incluíam estudos ligados às áreas da Biologia, Estatística, Psicologia experimental e testes psicológicos” (OLIVEIRA, 2007, p.67). Aqui também cabe uma crítica feita a este movimento, pois segundo Nogueira (2001 *apud* OLIVEIRA, 2007) “a Escola Nova aprimorou qualidade do ensino dirigido às elites, tornando-se, assim, discriminatória e agravando o problema da marginalidade por não atender à grande população das baixas camadas populares” (p. 81). Em nosso texto temos nos referido a este movimento ao falarmos do processo de ruptura com as concepções tradicionais de Escola e de Geografia.

## CONCLUSÃO

Considera-se, portanto que a Geografia ministrada nos educandários Instituto de Humanidades e no Colégio Nogueira respondeu positivamente aos anseios patrióticos republicanos almejados pela cidade de Fortaleza e pelo país, ao mesmo tempo em que formava um alunado pronto para interpretar os conceitos desta disciplina através do uso de modernas práticas pedagógicas e do método intuitivo e prático. Estas, por sua vez, se destacavam em meio ao ensino mnemônico dominante.

Observou-se, então que a Geografia escolar ministrada em ambas demonstrava um ensino mais voltado para a Geografia física, com disposição de materiais didáticos como mapas, globos, cartas, ilustrações para a melhor compreensão dos alunos, além da realização de atividades pedagógicas que o faziam interpretar e compreenderem os pontos abordados nos programas de ensino da disciplina. Além disso, o ensino também demonstra um caráter profundamente voltado para a formação cívico-patriótica dos discentes através da realização de práticas como as sabatinas, os préstitos escolares, os plebiscitos e as excursões.

Em suma, o que pudemos visualizar é uma colcha de retalhos em que o contexto histórico republicano no país e na cidade, suas reformas educacionais, seus valores ideológicos, culturais e o próprio fomento da ciência geográfica frente a estes aspectos são costurados através da geografia escolar ministradas nos educandários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. A formação do professor de geografia e o contexto da formação nacional brasileira. In: PONTUSCHKA, N.N; OLIVEIRA, A.U. de (org). *Geografia em perspectiva*. Ensino e Pesquisa. 1ed. São Paulo-SP: Ed. Contexto, 2002, p. 247-253.

ALVES, Joaquim. O Ensino primário na primeira metade do século XX. In: MARTINS FILHO, Antônio; GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. 3ªEd. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966. p.361-368.

BINDÁ, Thirza Maria Bezerra. *Instituto de Humanidades: História de um Educandário Cearense na Belle Époque (1904-1914)*. Dissertação de Mestrado de Educação (Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará). Fortaleza-CE: UFC, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.166p.

CARVALHO, Naiemer Ribeiro de. *Geographia do Brazil: A construção da nação nos livros didáticos de Geografia da Primeira República*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Belo Horizonte. Departamento de Geografia da UFMG, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-8VMFBQ>>, acesso de 26 de junho de 2015.

COLLEGIO NOGUEIRA: *Vida Escolar de 1929*. [S.I.:s.n].

COLLEGIO NOGUEIRA: *Vida Escolar de 1930*. [S.I.:s.n].

COSTA, Antonio Theodorico da. *O Ensino Secundário*. Revista do Instituto do Ceará – RIC. Fortaleza-CE. Tomo XLI, 1927.

EDUCAR PARA CRESCER. *Pestalozzi*. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/pestalozzi-307416.shtml>. Acessado em 14 de junho de 2015.

LIVRO de matrículas de 1904 a 1931. [S.I.:s.n].

LIVRO de Partes do Collegio Nogueira de 1919 a 1923. [S.I.:s.n].

MENDES, Eluziane Gonzaga. *História da formação do pensamento Geográfico Cearense: entre o saber, o conhecimento científico e a docência (1887-1947)*. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU: Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976 reimpressão.400p.

OLIVEIRA, Joyce Carneiro de. *Entre as guerras e as reformas: o Ensino Secundário cearense (1918-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação-FACED: Universidade Federal do Ceará-UFC, 2007.

OLIVEIRA, João Hipólito Campos de. Reminiscências escolares. *Revista do Instituto do Ceará – RIC*. Fortaleza-CE. Tomo LXXIII, 1959.p.388-394.

PROENÇA, A. F. *Como se ensina Geographia*. São Paulo: Comp. Melhoramentos, s/d.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Delgado de Carvalho e a orientação moderna no ensino da geografia escolar brasileira. *Revista Terra Brasilis*, ano I, nº1, jan/jun.2000. p.83-110.

SAMPAIO, A.Á.M.; VLACH, V.; SAMPAIO, A.C.F. História da Geografia Escolar Brasileira: continuando a discussão. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação-UFU, 2006, Uberlândia. *Anais*. Uberlândia.V.1.p.2683-2694. Disponível em <[http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/239AdrianyMelo\\_VaniaRubia.pdf](http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/239AdrianyMelo_VaniaRubia.pdf)>, Acesso em 12 de julho de 2015.

SILVA, Ana Glória Lopes da. *Joaquim Nogueira, práticas de leitura no Instituto de Humanidades de Fortaleza, edições escolares e a cultura cearense nas primeiras décadas do Século XX*. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2010.

SOUZA, Thiago Tavares de; PEZZATO, João Pedro. A Geografia escolar no Brasil de 1549 até a década de 1960. In: GODOY, Paulo R. Teixeira de (org.). *História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 289p.

ZUSMAN, Perla. B. *Sociedades Geográficas na promoção dos saberes a respeito do território: Estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, julho, 1996.